



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 590/11

Declara de utilidade pública a Comunidade Milagre Eucarístico – CME, com sede e foro no Município de Paranaguá.

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Milagre Eucarístico - CME, com sede e foro no Município de Paranaguá.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 05 de março de 2012.

  
ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE

  
RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 906/11



Declara de utilidade pública a Associação Toledense dos Atletas em Cadeiras de Rodas – ATACAR, com sede e foro no Município de Toledo.

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública a Associação Toledense dos Atletas em Cadeiras de Rodas – ATACAR, com sede e foro no Município de Toledo.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 05 de março de 2012.

  
ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE

  
RELATOR  






ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 015/12

Declara de utilidade pública a Associação dos Jornais do Interior do Estado do Paraná – ADJORI, com sede e foro no Município de Curitiba.

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Jornais do Interior do Estado do Paraná – ADJORI, com sede e foro no Município de Curitiba.

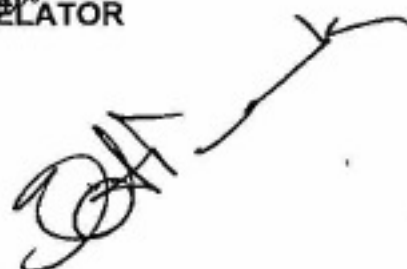
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 05 de março de 2012.

  
ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE

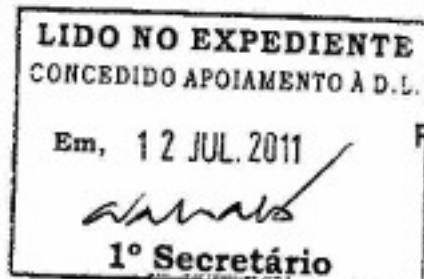
  
RELATOR







*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*



PROJETO DE LEI Nº 572/2011.

**SÚMULA:** Institui o Selo de Qualidade Artesanal e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica instituído o Selo de Qualidade Artesanal, que identificará os produtos artesanais feitos no Estado do Paraná.

**Parágrafo Único:** O Selo de Qualidade Artesanal a que se refere o "caput" deste artigo tem como objetivo assegurar que o produto é artesanal, tem qualidade e, quando utilitário, que seu uso é higiênico e sanitariamente adequado.

**Art. 2º** O Selo de Qualidade Artesanal será conferido pela Secretaria de Estado encarregada do incentivo à produção artesanal e ao turismo, à vista de relatório concludente da análise do produto, feito por organização estadual sem fins lucrativos que congregue os artesãos do Estado e, se também utilitário, do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-Inmetro.

§1º O artesão, para obter o Selo de Qualidade Artesanal, depositará, no órgão competente a que se refere o "caput" deste artigo, um exemplar de cada um de seus produtos, acompanhado de descrição do material e de técnicas utilizadas.

*Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*  
*41 3350-4006*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*



§2º A descrição do material e as técnicas utilizadas serão registradas em livro próprio, em nome do artesão que o apresentou.

§3º O relatório referido no "caput" deste artigo será elaborado à vista dos produtos depositados e, se necessário, no local de trabalho do artesão.

§4º Os exemplares de produtos artesanais depositados são de propriedade do órgão público, que os manterá, permanentemente, em exposição no seu acervo.

Art. 3º Os artesãos, que conquistarem o Selo de Qualidade Artesanal nos termos desta Lei, gozarão automaticamente dos benefícios dispostos na Lei Estadual nº 12.863/2000.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de julho de 2011.

PEDRO LUPION

Deputado Estadual



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*



**JUSTIFICATIVA:**

Inicialmente o presente projeto procura fornecer maior efetividade ao artigo 143 da Constituição do Estado do Paraná, o qual menciona que: "O Poder Público estimulará a atividade artesanal".

Pois bem,

O artesanato paranaense é uma das mais fortes expressões culturais do Estado, sendo fonte de renda e incentivo ao turismo, beneficiando e distribuindo renda às mais diversas camadas da população. Porém, tal atividade não conta atualmente com nenhuma forma de notificação de qualidade ou de controle, o que acarreta aos nossos artesãos um certo prejuízo, visto que com esse controle haveria uma forma mais eficaz de se evitar a pirataria e a apropriação ilegal e criminosa das marcas e dos produtos, já que se tratam de objetos genuínos, sendo, portanto, de suma importância sua proteção.

Este projeto de lei ao instituir o Selo de Qualidade Artesanal pretende promover e defender os interesses de nossos artesãos, responsáveis por uma substancial produção de bens, todos de grande aceitação nos mais diferentes mercados e países.

O artesanato do Estado Do Paraná possui, comprovadamente, uma grande aceitação comercial e desfruta de grande prestígio no Brasil e no exterior.

Diante de todo o exposto, se requer o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do Projeto de Lei que institui o Programa de Primeiro Crédito para a Juventude Rural no Estado do Paraná.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

D. L.

Fls. 15  
C

**Projeto de Lei nº 572/2011.**

**Autor: Deputado PEDRO LUPION.**

**Anexo: Projeto de Lei nº 644/11.**

**Autor: Deputado ANIBELLI NETO**

## **Parecer:**

O Projeto de Lei Nº 572/2011, de autoria do Deputado Pedro Lupion, ao qual foi anexado o Projeto de Lei nº 644/2011, de autoria do Deputado Anibelli Neto, institui o "Selo de Qualidade Artesanal" objetivando identificar produtos artesanais feitos no Estado do Paraná.

Conforme justificativa apresentada pelo nobre proponente, o artesanato paranaense é uma das mais fortes expressões culturais do Estado, sendo que o projeto pretende promover e defender os interesses dos artesãos paranaenses, nos termos do artigo 143 da Constituição Estadual.

A Constituição do Estado do Paraná atribui a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, a iniciativa de leis ordinárias, em conformidade com o caso em exame, conforme o artigo 65.

Por não se tratar de matéria elencada pelo artigo 66 da Constituição estadual como de competência privativa do Governador do Estado, está o presente projeto adequado às normas pertinentes, não havendo, portanto, vício de iniciativa.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls. 02

D. L.  
Fls. 16  
C

Igualmente, inexistem óbices quanto à técnica legislativa, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 95/98.

Assim, configuradas a CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE do Projeto de Lei nº 572/2011, ao qual está anexado o Projeto de Lei nº 644/2011, opinamos pela sua APROVAÇÃO, seguindo-se os trâmites legais.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

*Nelson Justus*  
presidente  
nelson  
justus

Deputado CAITO QUINTANA  
Relator

*[Múltiplas assinaturas manuscritas]*





**PARECER DA COMISSÃO DE CULTURA AOS PROJETOS DE LEI ANEXADOS Nº**

**572/2011 E 644/2011**

**SÚMULA:** *Institui o Selo de Qualidade Artesanal e dá outras providências.*

**I – SÍNTESE**

Trata-se de Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Pedro Lupion, instituindo o selo de qualidade artesanal e dá outras providências. Outrossim, o Deputado Estadual Anibelli Neto versando exatamente sobre a mesma matéria, de modo que foi anexado àquele projeto.

A Comissão de Constituição e Justiça, seguindo parecer emitido pelo seu Relator, Deputado Caio Quintana, aprovou o presente Projeto de Lei, motivo pelo qual ocorreu o seu envio a esta Comissão de Cultura, para análise da questão.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, a competência desta Comissão para a análise do projeto é evidente, na medida em que o mesmo versa sobre a instituição do selo de

*[Assinatura]*



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 19

qualidade artesanal, algo inerente às questões artísticas. Por isso, considerando que o Projeto não contém qualquer vício de competência e iniciativa, merece ser aprovado.

Isso porque no que diz respeito aos aspectos culturais, a instituição de selo de qualidade artesanal poderá em muito auxiliar aqueles que se dedicam a tão nobre arte.

Salienta-se, por oportuno, que se bem aplicado o presente diploma legal, poderá alavancar o mercado de artesanato no Estado do Paraná, porquanto incentivará que os artesãos aperfeiçoem o seu trabalho para conseguir tal selo, além de conferir maior segurança aos consumidores. Por isso, o presente projeto poderá auxiliar bastante na concretização de um mercado consumidor ativo para os artesãos.

Portanto, para além de adequado constitucionalmente, cabe destacar que o Projeto colabora com a materialização do final do dispositivo contido no art. 215<sup>1</sup> da Constituição Federal, que estabelece como dever do Estado o apoio e o incentivo das diversas manifestações culturais.

## III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pela aprovação deste Projeto de Lei, ante a ausência de vícios e o atendimento de todos os preceitos constitucionais e legais afetos à matéria.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

<sup>1</sup> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.




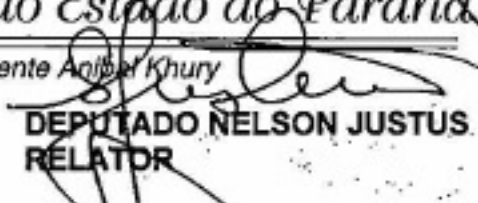
# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Antônio Khury

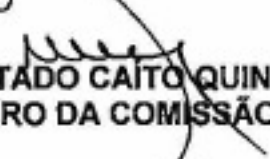
D. L.

Fls. 20  
C

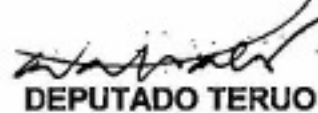
  
DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

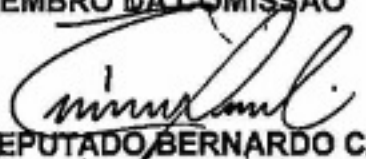
  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
RELATOR

  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO CAIO QUINTANA  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADA MARLA TURECK  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Turismo*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 572/2011**  
**(Anexado ao Projeto de Lei 644/2011)**

Projetos de Lei nº. 572/2011 e 644/2011

Autores: Deputado Pedro Lupion / Anibelli Neto

Súmula: Institui o Selo de Qualidade Artesanal e dá outras providências.

O Projeto de Lei nº 572/2011, de autoria do Deputado Pedro Lupion, anexado (por se tratar do mesmo assunto) ao Projeto de Lei nº 644/2011, de autoria do Deputado Anibelli Neto, tem por objetivo instituir um Selo de Qualidade Artesanal, visando identificar os produtos artesanais oriundos do Estado do Paraná. Visam garantir a procedência do produto, que é de elaboração artesanal, de qualidade adequada, ecologicamente correto e, se utilitário, que seu uso é higiênico e sanitariamente comprovado e adequado.

Estabelecem ainda que tal Selo será conferido pela Secretaria de Estado responsável pelo incentivo à produção artesanal e ao turismo e determina os procedimentos a serem seguidos para sua concessão.

Os Projetos receberam parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 22/11/2011, tendo como relator o Deputado Caíto Quintana e da Comissão de Cultura, no dia 12/12/2011, tendo como relator o Deputado Nelson Justus, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento dos presentes projetos nesta Casa, uma vez que tem por objetivo incentivar a produção e o consumo do artesanato, o que reflete em maiores oportunidades na área do turismo. O artesanato é



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Turismo**



intimamente ligado ao turismo, sendo que a sua exploração pode ser feita de forma conjunta.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 06 de março de 2012.



**DEPUTADO ANIBELLI NETO**  
Presidente



**DEPUTADO BERNARDO CARLI**  
Relator





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
PARANÁ**

1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

D. L.  
Fls. 02

**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 15 AGO. 2011

*Kuy*  
**1º Secretário**

PROJETO DE LEI Nº 632/11

**Súmula:** insere no calendário  
Oficial do Estado do Paraná o  
"Festival de Artes dos  
Tabernáculos".

Art. 1º Fica inserido no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, o "Festival de Artes dos Tabernáculos", no Município de Nova Esperança.

Parágrafo Único. O Festival acontecerá anualmente no terceiro sábado de Outubro de Cada ano, no Município de Nova Esperança.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

*Mauro Moraes*  
**MAURO MORAES**  
Deputado Estadual


15/08/2011 - 6263-DAP

JUSTIFICATIVA:

O festival de Artes dos Tabernáculos é uma iniciativa da Igreja Batista Ebenézer de Nova Esperança, acontece desde o ano de 2003, e conta com a estrutura da igreja para sua realização.

Todos os anos, passam pelo festival cerca de 5000 pessoas, as atividades oferecidas nos três dias de realização são, Ações básicas de saúde, exames de sangue, diabetes, medição e pressão arterial, parque de diversões, exposição e feira de livros exposição de atividades empresariais, shows pirotécnicos, passeios de balão e helicóptero, apresentação de bandas gospel regionais, e apresentações teatrais.

O evento já está inserido no calendário oficial do município de Nova Esperança, por estes fatores e a relevante importância do festival, é que contamos com o apoio dos Nobres pares para aprovação do mesmo.







*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 632/11**

Projeto de Lei nº 632/11

Autor: Deputado Estadual Mauro Moraes

**Súmula:** Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná o " Festival de Artes dos Tabernáculos".

**EMENTA:** INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ O " FESTIVAL DE ARTES DOS TABERNÁCULOS". POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA AFERIDA, ART 65 e 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Mauro Moraes, objetiva inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o " Festival de Artes dos Tabernáculos" , no Município de Nova Esperança, que se realizará anualmente no terceiro sábado de outubro.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. I.  
Fls. 12  
SHP

PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada,



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 13  
S&

defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

*A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>1</sup>.*

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)  
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

<sup>1</sup> DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 14

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.



**CONCLUSÃO**

*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 15  
Stl

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, <sup>25</sup>~~18~~ de outubro de 2011.

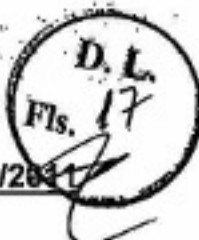
  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

RELATOR

**PARECER DA COMISSÃO DE CULTURA AO PROJETO DE LEI Nº 632/2011**



**SÚMULA:** *Inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Festival de Artes dos Tabernáculos, realizado no Município de Nova Esperança.*

**I – SÍNTESE**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, com o fim de inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Festival de Artes dos Tabernáculos (Município de Nova Esperança)".

A Comissão de Constituição e Justiça, seguindo parecer emitido pelo seu Relator, Pastor Edson Praczyk, aprovou o presente Projeto de Lei, motivo pelo qual ocorreu o seu envio a esta Comissão de Cultura, para análise da questão.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, a competência desta Comissão para a análise do projeto é evidente, na medida em que o mesmo versa sobre a inserção no Calendário

Oficial do Estado do Paraná de um festival ligado à arte dos tabernáculos, realizado pela Igreja Batista Ebenezer de Nova Esperança, o que contribui de maneira fundamental para a valorização de manifestações culturais plurais.

Por isso, considerando que o Projeto não contém qualquer vício de competência e iniciativa, merece ser aprovado. Isso porque no que diz respeito aos aspectos culturais, a instituição no calendário oficial do Estado do Paraná de festas realizadas pelas igrejas, que em muito cooperaram com o nosso Estado é, sem embargo, uma importante maneira de retribuir o importante trabalho desenvolvido pelas diversas religiões, ainda mais porque abordam temas diretamente ligados à cultura, como a arte dos tabernáculos.

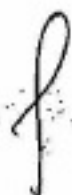
Relembre-se, por oportuno, que o Cristianismo é uma das características mais marcantes do Estado brasileiro, basta se atentar para os diversos feriados de cunho religioso previstos no calendário oficial de nosso país.

Isso comprova que todas as religiões brasileiras que pregam o Cristianismo contribuem, diretamente, para a disseminação da cultura inerente à história de nosso povo. Além disso, o apoio do Poder Legislativo, formalizando a inserção desta festa no calendário oficial, ajuda a valorizar o importante papel social desenvolvido pelas diversas igrejas brasileiras.

Portanto, para além de adequado constitucionalmente, cabe destacar que o Projeto colabora com a materialização do final do dispositivo contido no art. 215<sup>1</sup> da Constituição Federal, que estabelece como dever do Estado o apoio e o incentivo das diversas manifestações culturais.

### III - CONCLUSÃO

<sup>1</sup> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.







Pelo exposto, opina-se pela aprovação deste Projeto de Lei, ante a ausência de vícios e o atendimento de todos os preceitos constitucionais e legais afetos à matéria.

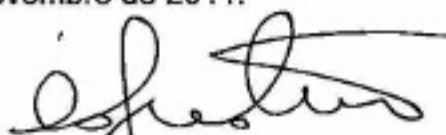
Sala das Comissões, 28 de novembro de 2011.

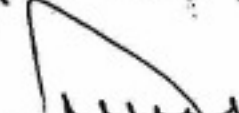
  
DEPUTADO PÉRICLES DE MOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

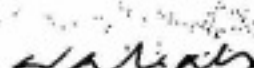
  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADA MARLA TURECK  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
RELATOR

  
DEPUTADO CAIO QUINTANA  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 632/2011**

**Projeto de Lei nº. 632/2011**

**Autor: Deputado Mauro Moraes**

**Súmula:** Inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Festival de Artes dos Tabernáculos" (Município de Nova Esperança).

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Mauro Moraes, tem por objetivo inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná o "Festival de Artes dos Tabernáculos", que ocorrerá anualmente, no terceiro sábado de Outubro, no Município de Nova Esperança.

Tal festa é promovida pela Igreja Batista Ebenézer de Nova Esperança e ocorre desde o ano de 2003, nas dependências da própria Igreja. Conta com um público de cerca de cinco mil pessoas por ano e oferece ações básicas de saúde, exames de sangue, diabetes, medição de pressão arterial, além de parque de diversões, exposição de livros, atividades empresariais, shows pirotécnicos, passeios de balão e helicóptero e apresentações de bandas gospel regionais e teatrais.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 25/10/2011, tendo como relator o Deputado Pastor Edson Praczyk, e da Comissão de Cultura, no dia 28/11/2011, tendo como relator o Deputado Nelson Justus, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Turismo**

D. L.  
Fls. 22  
C

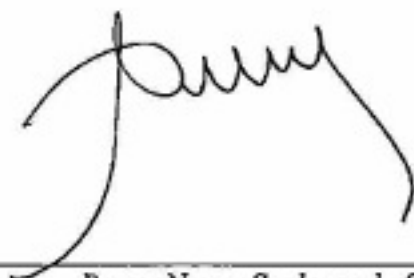
No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

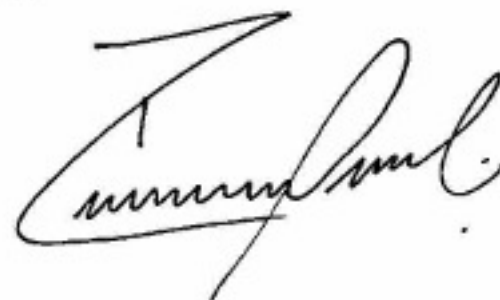
Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 06 de março de 2012.

  
**DEPUTADO ANIBELLI NETO**  
Presidente

  
**DEPUTADO PEDRO LUPION**  
Relator





*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

Projeto de Lei Complementar nº 731 /2011

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 SET 2011

1º Secretário

Súmula: Inclui os Municípios de Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras na Região Metropolitana de Londrina, alterando o art. 1º da Lei Complementar nº 081/1998, com redação alterada pela Lei complementar nº 129/2010.

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei complementar nº 081 de 17 de junho de 1998, que foi alterada pela Lei Complementar nº 129, de 14 de julho de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 1º - Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiaporã, Rolândia, Sertãozinho, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Assaí, Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras, bem como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas."*

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de agosto de 2011.

LUIZ EDUARDO CHEIDA  
Deputado Estadual

ADEMAR LUIZ TRAIANO  
Deputado Estadual



**JUSTIFICATIVA**

Os municípios de Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras de fato já estão referenciados em Londrina e usufruem de uma série de serviços do município de Londrina. O deslocamento de munícipes destas regiões para Londrina é freqüente diário de intenso. Mas mesmo assim estes municípios não podem gozar dos benefícios legais de estarem integrados à região metropolitana de Londrina.

Não há razão para continuar esta discrepância, afinal a distância territorial de Londrina para Sabáudia, para Jaguapitã e para Pitangueiras é menor que a de outros municípios da RML. Sabáudia dista cerca de 40km de Londrina, enquanto Jaguapitã, 55km, e Pitangueiras, 58km, entretanto Alvorado do Sul, município que já pertence a RML, dista 66km, Primeiro de Maio, 69km, Assaí, 45km, para citar alguns exemplos.

A industrialização da região de Sabáudia demonstra uma necessidade crescente da integração deste município a Região Metropolitana, o que beneficiará não só os munícipes de Sabáudia e Pitangueiras, mas toda a região com o maior fluxo de pessoas e serviços, aprofundando as relações sociais e aumentando o fluxo financeiro da região, e seu consequente reflexo na arrecadação de impostos e no desenvolvimento sócio-econômico da RML.

Assim, a inserção de Sabáudia, Jaguapitã e de Pitangueiras, só trará benefícios e fará justiça com o que de fato já acontece na região.

9



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 731/2011**

**Projeto de Lei nº 731/2011**

**Autores: Deputados Luiz Eduardo Cheida e Ademar Luiz Traiano.**

Súmula: Inclui os Municípios de Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras na Região Metropolitana de Londrina, alterando o art. 1º da Lei Complementar n.º 081/1998, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 129/2010.

**EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. REGIÃO METROPOLITANA. INCLUSÃO DOS MUNICÍPIOS DE SABÁUDIA, JAGUAPITÃ E PITANGUEIRAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA. POSSIBILIDADE. PARECER FAVORÁVEL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. PRESENÇA DE INTERRELAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS CONFORME PRELEciona OS ARTS. 25 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 22 E 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR 111/2005. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Ademar Luiz Traiano, tem o intuito incluir os Municípios de Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras na Região Metropolitana de Londrina, alterando o art. 1º da Lei Complementar n.º 081/1998.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico

Carimbo - Paraná  
Concedido Vistas ao  
Senhor Deputado  
Caio Antonio  
Em 22, 11, 20 11  
CCJ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A presente proposta foi baixada em diligência para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano para prestar melhores esclarecimentos, as quais seguem abaixo.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

**PARECER DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

Estes Municípios possuem forte ligação funcional com seu respectivo pólo embora nem todos possuam forte interdependência de caráter metropolitano.

Na parte do setor norte de toda Região, as cidades de Jaguapitã, Pitangueiras e Sabáudia estão sob a influência polarizadora de Londrina.

Por fim, a SEDU tem posicionamento favorável do ponto de vista da área de desenvolvimento urbano e regional quanto à inclusão dos Municípios de Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras na Região Metropolitana de Londrina.

O artigo 22 da Constituição Estadual estabelece que a organização das regiões metropolitanas devem adequar-se as diretrizes do Estado, senão vejamos:

**Art. 22 - O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverão adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.**



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



Verificando a nossa Carta Magna, em seu artigo 25 e no §3º, constatamos que a mesma dispõe de autonomia para que os Estados sigam as suas Constituições, bem como, sucessivamente, através de legislação complementar o Estado estabelece e normatiza as regiões metropolitanas, que segue:

**Art. 25 - Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.**

**§ 3º. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (Grifo nosso).**

A iniciativa para a proposição das leis complementares está inserida no artigo 65 da Constituição Estadual, o qual se observa:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)**

A Lei Complementar 111 de 11 de Agosto de 2005 disciplina a organização das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná, sendo que para que haja a ampliação da Região Metropolitana, devem ser atendidos alguns requisitos que estão inseridos no artigo 2º da mencionada Lei Complementar, as quais correspondem as duas cidades ora objetos da inclusão, vejamos:

**Art. 2º - A ampliação da Região Metropolitana está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência:**

**I - Evidência ou tendência de conturbação;**

**II - Necessidade de organização, planejamento e execuções de funções públicas de interesse comum; (Grifo Nosso).**

**III - existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços. (Grifo Nosso).**





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



O Projeto de Lei para, conforme parecer técnico apresenta **dinamismo e inter-relação com as outras Cidades que compõe a Região Metropolitana de Londrina.**

Diante do exposto, o Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011

*via presidente  
Casta Quentona*  
**NELSON JUSTUS**  
Presidente

*[Assinatura]*  
**CESAR SILVESTRI FILHO**  
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS

### PARECER AO PROJETO DE LEI 731/11

Projeto de Lei nº 731/11

Autores: Dep. Luiz Eduardo Cheida e Dep. Ademar Luiz Traiano

Sumula: Altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 081, de 17 de julho de 1998, incluindo os municípios de Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras na Região Metropolitana de Londrina.

#### **I – PREAMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Ademar Luiz Traiano, visa incluir os municípios de Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras na Região Metropolitana de Londrina, ao alterar o artigo 1º da Lei Complementar 081/1998.

#### **II – RELATÓRIO**

Em conformidade ao artigo 30 do Regimento Interno que dispõe sobre o funcionamento das comissões permanentes, e o previsto no parágrafo segundo





§ 2 São de competência comum das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa,

além dos preceitos específicos contidos neste Regimento Interno:

I - A emissão de pareceres conclusivos sobre proposições, em qualquer fase da tramitação

processual legislativa, manifestando-se em todas as matérias correlatas a sua área temática,

quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais, e principalmente sobre

o mérito e oportunidade das questões, podendo propor emendas, arguindo e analisando o

interesse público, procurando sempre aumentar a qualidade dos resultados legislativos.

cabe a esta comissão analisar o mérito do proposto pelo projeto. Considerando a prévia análise constitucional em acordo ao parágrafo 3º do artigo 25 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Conforme já ressaltado no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, a organização das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná é disciplinado pela Lei Complementar 111 de 11 de agosto de 2005, e estabelece em seu artigo 2º os critérios para inclusão de novos municípios nas Regiões já estabelecidas. Diz a Lei:

Art. 2º- A ampliação da Região Metropolitana está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência:

- I- Evidência ou tendência de conurbação;
- II- Necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum;
- III- Existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços.



Tanto a justificativa dos Excelentíssimos Deputados proponentes, como o parecer proferido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (órgão responsável pelo planejamento e gestão das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná) atestam a integração socioeconômica dos municípios em questão, o que em si seria suficiente para orientar este parecer pro aprovação. Contudo, antes de indicar nossa posição, gostaríamos de salientar a importância do planejamento regional integrado para o desenvolvimento do Paraná.

#### CONCLUSÃO

Face ao exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do projeto por contemplar as boas práticas da gestão de Regiões Metropolitanas.

Curitiba, 15 de dezembro de 2011

Dep. Toninho Wandscheer  
Presidente e Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khuri*



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA  
ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

*complementar*

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 731/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Ademir Luiz Traiano, que objetiva incluir os municípios de Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras na Região Metropolitana de Londrina, alterando o art. 1º da Lcp nº 081/1998, com redação alterada pela Lcp nº 129/2010.

A matéria já recebeu análise da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, bem como análise de mérito pela Comissão de Assuntos Metropolitanos que opinou pela aprovação da propositura.

Chamada a opinar, a Comissão de Fiscalização da Alep e Assuntos Municipais encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem a finalidade de incluir na Região Metropolitana de Londrina municípios que possuem forte ligação funcional e se encontram sob influência polarizada daquele.

Neste aspecto, a Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que os Estados, mediante lei complementar, podem instituir regiões metropolitanas constituídas de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Ademais, a manifestação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano é favorável à inclusão dos municípios mencionados na Região Metropolitana de Londrina, não restando óbice algum que impossibilite o prosseguimento da proposição.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em

12/03/12

NELSON GARCIA  
Presidente

MARIA TURECK  
Relatora

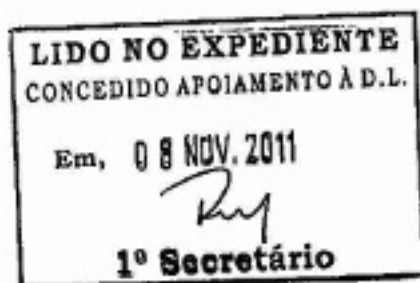


# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
**Gabinete do Deputado Estadual**  
**STEPHANES JUNIOR**



**PROJETO DE LEI Nº 878/11**



**Súmula:** concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor **AUGUSTO MOCELLIN NETO**.

**Art. 1º** Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor **AUGUSTO MOCELLIN NETO**.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 2011.

  
**STEPHANES JUNIOR**  
Deputado Estadual



**JUSTIFICATIVA**

D. L. 2

**AUGUSTO MOCELLIN NETO**, Nasceu em Curitiba, no dia 22/10/1963, em Curitiba, herdeiro e Presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas Ouro Fino, acumulou experiência em vários outros negócios antes de assumir a Presidência desta importante empresa que vem colaborando com o desenvolvimento da economia do Paraná.

A vida estudantil de Guto Mocellin, como é conhecido pelo empresariado Brasileiro, foi basicamente pautada em colégios religiosos, a que ele atribui a grande noção de dedicação e disciplina que cultua até os dias de hoje.

Aos 11 anos de idade sofreu a grande perda do seu pai, e quando graduava-se em Economia enfrentou também o falecimento do seu avô. Estes fatos marcaram profundamente sua vida pessoal e profissional que daquele dia em diante tomava novos rumos, pois era então o único herdeiro homem da família. Iniciou sua vida profissional aos 14 anos, quando dedicava-se juntamente com seu avô, ainda vivo, ao ramo de reflorestamento, ficando envolvido com esta atividade até os 18 anos.

Aos vinte anos, dedicou-se paralelamente a um negócio na área agrícola, fornecendo o Ceasa - Curitiba.

Importou roupas na época da Guerra das Malvinas e daquele período em diante sedimentou sua vocação por desbravar novas oportunidades.

Constitui uma das maiores Construtoras do Paraná e trouxe para o País um sistema de redução de custos na gestão de telefones públicos. Procurou sempre ter atividades próprias no sentido de preparar-se adequadamente para a possibilidade de um dia assumir os negócios da família.

Durante 15 anos comandou a Empresa de Águas Ouro Fino, dando um grande salto na história da empresa. Considera que um dos pontos mais altos de sua carreira profissional, foi ter liderado a equipe que conquistou os mais altos prêmios do mundo no segmento de Água Mineral. Por ter tido o respeito, o reconhecimento e a confiança de seus Sócios e Consumidores, consolidou a Ouro Fino como umas das três maiores engarrafadoras do País no setor de água mineral. A produção passou de 33 milhões para 150 milhões de litros/ano. O faturamento mais que quadriplicou.

Na visão de Guto Mocellin, os obstáculos colocam-se sempre nas nossas vidas para nos fortalecer e para nos preparar para a realização de novos desafios. Atribui o sucesso de sua vida pessoal e profissional a sua imensa fé que acredita ser a verdadeira luz do seu caminho.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 878/2011**

Projeto de Lei nº 878/2011

Autor: Deputado Estadual Stephanes Junior

**Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR AUGUSTO MOCELLIN NETO.**

**EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Junior, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor **AUGUSTO MOCELLIN NETO**.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

**Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis**





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

D. L.  
Fls. 14

que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

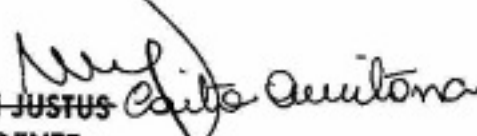
D.L.  
Fls. 15


No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 6 de março de 2012.

  
**NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**HERMAS JUNIOR**  
**RELATOR**